



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 1782/2023

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

PARECER N. : 0001/2024-GPYFM

PROCESSO N: 1782/2023
ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
UNIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON
INTERESSADO: JAIR FERREIRA CARDOSO
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA

Versam os autos sobre a análise da legalidade do ato concessório de aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paritários, concedida ao Sr. **Jair Ferreira Cardoso**, no cargo de Técnico Judiciário, nível médio, padrão 18, cadastro n. 2039842, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O corpo técnico emitiu relatório (ID 1483458), entendendo que o interessado faz jus ao benefício previdenciário, consoante fundamentado. Por essa razão, concluiu que o respectivo ato se encontra apto a registro.

Após vieram os autos para emissão de parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 1782/2023

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

É o breve relatório.

A aposentadoria *sub examine* foi concedida, por meio da Portaria Presidência n. 636/2020, de 04.11.2020¹, retificada pela Portaria Presidência n. 79/2021 de 08.02.2021², com fundamento no art. 6º da EC n. 41/03, tendo sido ratificada pelo IPERON, através do Ato Concessório de Aposentadoria n. 663, de 06.09.2021³ (fl. 5 - ID 1414957).

O artigo 6º da EC 41⁴ assegura que o servidor que tenha ingressado em cargo efetivo no serviço público até 31.12.2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha cumulativamente tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher), 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos na carreira, 5 anos no cargo que se deu a aposentadoria e idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher).

¹ Publicada no Diário da Justiça n. 205, de 04.11.2020 (fl. 2 - ID 1414957).

² Publicada no Diário da Justiça n. 025, de 08.02.2021 (fl. 4 – ID 1414957)

³ Publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 190 de 22.09.2021 (fl. 6- ID 1414957).

⁴ Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 1782/2023

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

A admissão de serviço público contida no *caput* do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, deve ser interpretada de forma restrita, posto que tal regra aplica-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo efetivo admitidos no serviço público até 31.12.2003.

Assim, o servidor só terá jus à regra de transição prevista no art. 6º, da EC n. 41 se a admissão em cargo efetivo tiver ocorrido até o dia 31.12.2003 e cumprir os demais requisitos.

O servidor ingressou no serviço público em cargo efetivo em **11.05.2000**⁵ (fl. 4 – ID 1414958), portanto, anterior à data limite prevista no *caput* do sobredito artigo, qual seja 31.12.2003.

Implementou **41 anos, 7 meses e 7 dias** de tempo de contribuição, perfez **20 anos, 6 meses e 2 dias** de efetivo exercício no serviço público, na carreira e no cargo de Técnico Judiciário⁶ (11.05.2000 a 03.11.2020).

O ato concessório de aposentadoria foi publicado em 04.11.2020 quando o servidor tinha 65 anos, posto que nascido em 20.04.1955, atendendo assim o requisito de idade.

Neste contexto, este *Parquet* assente com a unidade técnica quanto a legalidade do ato concessório de aposentadoria do servidor, posto que restaram comprovados todos os requisitos basilares para a concessão da aposentadoria lastreada no art. 6º da EC 41/03.

⁵ Nomeação em 18.04.2000 para o cargo de Auxiliar Operacional – Comissário de Menores, Classe C, Padrão 16, sob o regime estatutário, conforme Portaria 579/2000-PR de 17.04.2000 – DJ 73 de 18.04.2000. Posse e exercício em 11.05.2000.

⁶ Ingressou no serviço público do Estado de Rondônia, por meio de concurso público, no cargo de Auxiliar Operacional – Comissário de Menores. Posteriormente, conforme Lei Complementar n. 568/2010, PCCS dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, foi enquadrado como Técnico Judiciário, sendo extinto o cargo de Auxiliar Operacional – Comissário de Menores.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 1782/2023

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

Nessa linha de entendimento tem se manifestado esta
Corte de Contas:

Acórdão AC1-TC n. 00827/23 – 1ª Câmara (Proc. 02638/2023)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. APRECIÇÃO DE LEGALIDADE. ATOS DE PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REGRA DE TRANSIÇÃO. 2. Ao servidor que ingressou no serviço público até 19.12.2003, é ofertada a aposentadoria com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, desde que preenchidas cumulativamente as condições de idade e períodos mínimos previstos no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03.

I – Considerar legal o Ato Concessório de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição materializado por meio do Ato Concessório de Aposentadoria nº 662 de 06.09.2021, publicado no DOE nº 196 de 30.09.2021 (ID 1462617), com proventos integrais e paridade, do servidor José Weliton Feitosa dos Santos - CPF nº ***.361.072-**, ocupante do cargo de Professor, classe C, referência 16, matrícula nº 300012878, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008.

(...)

6. Pois bem. Constata-se da análise dos documentos carreados aos autos, que o servidor preencheu todos os requisitos exigidos no artigo 6º da EC n. 41/03, quais sejam: admissão no serviço público até 31.12.2003, idade mínima de 55 anos, tempo mínimo de 30 anos de contribuição, vinte anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo, para servidores do sexo masculino.

9. Dessa forma, recopilando sob o prisma da legalidade, considero que o direito à aposentadoria em favor da servidora, restou comprovado e a fundamentação legal está correta, logo, nada obsta que este Tribunal considere legal a concessão em apreço, não olvidando que a regularidade das parcelas do título de aposentadoria será verificada posteriormente, na forma do provimento contido na Ata da Reunião de Trabalho, realizada em 10.02.2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 1782/2023

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

Por todo o exposto, este *Parquet* opina pela legalidade dos atos que concederam aposentadoria ao Sr. **Jair Ferreira Cardoso**, consoante fundamentados, com conseqüente registro, na forma prevista no art. 49, III, “b”, da Constituição do Estado de Rondônia⁷ c/c art. 37, II, da LC n. 154/96⁸.

É o parecer.

Porto Velho, 16 de janeiro de 2024.

Yvonete Fontinelle de Melo
Procuradora do Ministério Público de Contas

⁷ Art. 49. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: (...) III - apreciar, para fins de registro, a legalidade(...) b) das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

⁸ Art. 37. De conformidade com o preceituado nos arts. 5º, inciso XXIV, 71, incisos II e III 73 “in fine”, 74, § 2º, 96, inciso I, alínea “a”, 97, 39, §§ 1º e 2º e 40, § 4º da Constituição Federal, o Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de: (...) II - concessão inicial de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, bem como de melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do respectivo ato concessório inicial.

Em 18 de Janeiro de 2024



YVONETE FONTINELLE DE MELO
PROCURADORA